

**TRABALHO NO CAMPO E TERRITÓRIO USADO NO SUDOESTE DA AMAZÔNIA:
ATUALIZAÇÕES TÉCNICO-NORMATIVAS E RESISTÊNCIAS LOCAIS***

Mirlei Fachini Vicente Pereira**

Resumo: No sudoeste da Amazônia (estados de Rondônia e Acre), práticas recentes da agricultura e pecuária revelam um uso do território muito marcado por um trabalho endereçado à interesses distantes – uma agricultura que se instala principalmente a partir da década de noventa, intensa em técnica e capital, comandada por grupos externos à região, com amplo apoio do poder público em termos de normas e financiamentos que facilitam a produção. Ao mesmo tempo, permanecem as práticas de um campo não moderno, visto muitas vezes como “tradicional” – pouco capitalizado e voltado para as demandas locais. São diferentes divisões do trabalho que a região acolhe, denunciando as desigualdades do território, dinâmica esta que também revela possibilidades outras de organização da produção e outros usos possíveis do território.

Palavras-chave: território usado, divisão do trabalho, agropecuária, campo não moderno, Rondônia e Acre.

**LABOR IN FIELD AND USED TERRITORY IN SOUTHWESTERN AMAZON (BRAZIL):
TECHNICAL-NORMATIVE'S UPDATES AND LOCAL RESISTANCES**

Abstract: In southwestern Brazilian Amazon (territory composed of Rondônia and Acre states), recent practices of agriculture and livestock reveals a territory's use characterized for a work addressed to distant interests – an agriculture that takes place mostly from the nineties, intense in technology and capital, commanded by great companies outside the region, with broad support from government in terms of norms and financing that facilitate the production. At same time, remain practices of the no-modern field often seen like “traditional” – little capitalized and oriented to local demands. They are different divisions of labor that the region receives, denouncing the inequalities of the territory, this dynamic also reveals other possibilities for organizing production and others possible uses of the territory.

Keywords: Used territory, Division of labor, Agriculture and livestock, no-modern field, Rondônia and Acre, Brazil.

Introdução

A geografia, ainda que de modo tardio, nos ofereceu a compreensão de como as formas espaciais atuam diretamente na estrutura das sociedades. Em outras palavras, podemos hoje, com Milton Santos, compreender o espaço geográfico como instância social das mais importantes, pois todo o trabalho e toda a ação não lhe podem escapar – realizam-se no espaço; a partir do espaço; tornam-se espaço (SANTOS, 2004).

O legado de Milton Santos nos parece fundamental, pois, exigindo de nossa ciência uma interpretação totalizadora do espaço geográfico, em suas palavras – espaço de todos, espaço banal (SANTOS, 1994a), sinônimo de território usado (SANTOS, 1999b), confere à geografia um novo lugar e uma nova missão entre as ciências sociais – interpretar a sociedade pelo território, compreender seus dilemas, fazer falar a

* Este texto resulta da tese de doutorado intitulada *O processo recente de atualização do território no sudoeste da Amazônia: lógicas exógenas e dialéticas endógenas em Rondônia e Acre*, defendida em 2009, no Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP, campus Rio Claro, sob orientação da Prof^a Dr^a Samira Peduti Kahil, com apoio do CNPq. A tese avaliou processos recentes de modernização do território e, para este texto, destacamos particularmente os conteúdos que se referem à modernização do campo no sudoeste amazônico.

** Professor Adjunto, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: mirlei@ig.ufu.br.

nação pelo seu próprio chão (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

No período atual, em que o formidável desenvolvimento da técnica configura a emergência de um novo meio geográfico – o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994b; 1996a), o território brasileiro, em que pese os esforços de modernização, de difusão de um conjunto de modernidades e de uma instrumentalização para o trabalho moderno, ainda não garantiu condições materiais mínimas para a reprodução digna de parte muito considerável da sociedade. A população, tão desigualmente assistida, pratica um trabalho também desigual e muito desigualmente amparado pelo Estado. O território brasileiro, cuja exploração é contínua e repetidamente atualizada, é assim um mosaico de diferentes condições geográficas, revelando, a um só tempo e em sua própria constituição, as lógicas opressoras de uma acumulação com vistas a interesses corporativos.

A discussão que aqui ensaiamos tem como objetivo avaliar o significado das lógicas e das formas corporativas de uso do território que ocorrem no modo atual de desenvolvimento do capitalismo, buscando compreender como estas assumem feições muito diferenciadas, conforme os interesses políticos e as condições do meio geográfico em que se inserem, já que, de um lado, as atividades capitalistas tornam-se cada vez mais corporativas e poderosas (ganhando novos nexos e novas extensões), mas, de outro lado, também podem ser limitadas quando têm de enfrentar um conjunto de condicionantes lá mesmo onde ocorrem (nos lugares), o que nos autoriza e nos impõe tratarmos também as formas de resistência

àquelas atividades hegemônicas e reconhecer outras experiências e outras formas de organização, outros ritmos de uso do território (SANTOS, 2000). Foram estes os elementos motivadores de nossa pesquisa de doutorado, onde arriscamos interpretar a porção sudoeste da Amazônia (estados de Rondônia e Acre) através de elementos teórico-epistemológicos em grande parte encontrados na obra de Milton Santos.

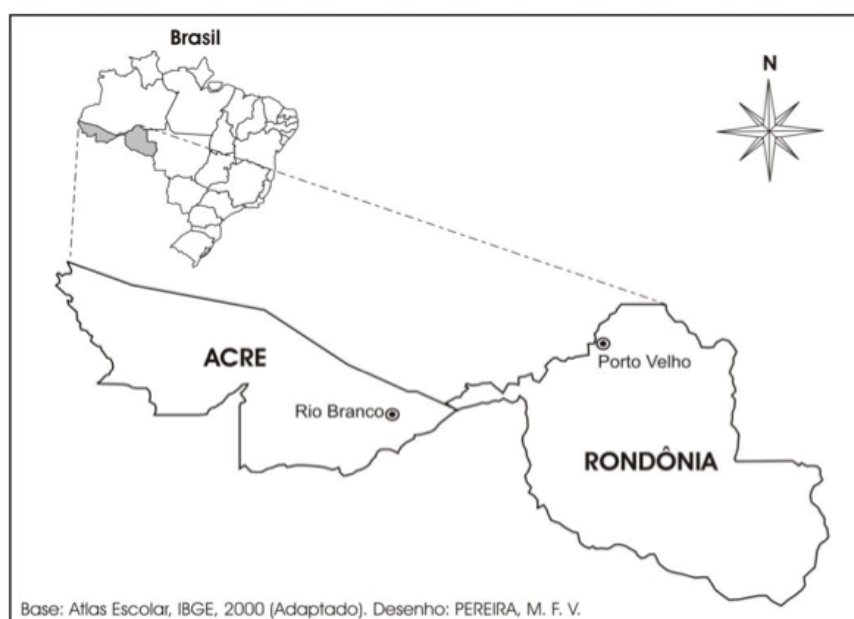
A ideia central do trabalho foi avaliar os processos recentes de modernização do território no sudoeste amazônico (estados de Rondônia e Acre) (Figura 1), processo este que, em sua face geográfica mais direta, foram reconhecidos como um processo de “atualização do território”. O que denominamos como atualização do território se dá, de modo geral, com a instalação de novas infraestruturas com vistas a tornar o território apto e competitivo para um trabalho “moderno”, sobretudo aquele trabalho que interessa a agentes e lugares distantes. Por ocorrer deste modo, os esforços históricos de modernização do território nesta parte do país ocorrem como processos de modernização em crise, já que os usos territoriais não são orientados para as necessidades próprias do lugar (e nem mesmo da nação), resultando numa situação antagônica onde, de um lado, ações e agentes impõem um uso corporativo do território, e, de outro lado, conflitiva e dialeticamente, agentes não hegemônicos praticam atividades simples, uma parcela da divisão do trabalho realizada em função do próprio lugar, voltada para os interesses do próprio lugar.

Partindo desses pressupostos, avaliamos as diferentes divisões do trabalho e as diferentes atividades desempenhadas na

região. Foram avaliadas as políticas que orientam a constituição, no território, de objetos, ações e normas voltados para a atualização das bases técnicas e políticas que aparecem especialmente (mas de forma muito desigual) na agropecuária (a partir das práticas de um agronegócio moderno e muito capitalizado, inserido recentemente na

região). De outro lado e a partir do reconhecimento de que o processo de atualização do território se realiza de forma antagônica e concentrada, avaliamos as atividades e o trabalho considerados não modernos, com a análise das atividades de produção no campo voltadas para o consumo local.

Figura 1 – O sudoeste amazônico – Rondônia e Acre



O sudoeste amazônico como um espaço derivado: breve caracterização do espaço regional

Com a natureza própria dos espaços derivados (SANTOS, 1978), o processo de ocupação do sudoeste amazônico têm início no final do século XIX, e é animado pelo extrativismo da borracha, produto que também neste período começa a ser utilizado em larga escala na Europa e nos Estados Unidos. Aproveitando a abundância natural das seringueiras na Amazônia, o Brasil ocupa no mercado internacional a primeira posição entre os fornecedores de borracha (entre o final do séc. 19 e início do séc. 20).

Assim, é de uma demanda externa, e das imposições de uma divisão territorial do

trabalho que atende a interesses longínquos, que surgem os esforços políticos que resultam na anexação do território acreano ao Brasil (originalmente parte do território boliviano e anexado ao Brasil apenas em 1903), bem como a adição de novos sistemas técnicos essenciais ao trabalho extrativista realizado na floresta - a ferrovia Madeira-Mamoré (construída entre 1907 e 1912) e uma linha telegráfica (instalada por Rondon) que, partindo de Cuiabá alcança em 1915 o território do Acre.

Mais tarde, e com a importância que as atividades e a ocupação desta parte do território brasileiro vão sendo realizadas, esforços políticos criam novas divisões e esquemas de governo que, por fim,

resultariam na criação de duas novas unidades da federação, com a criação dos estados do Acre (já em 1962) e Rondônia (em 1988).

No entanto, já na primeira metade do século XX, a borracha brasileira não mais possui inserção competitiva no mercado externo, e a partir dos anos 60 até os anos 80, Acre e Rondônia serão alvo de um reforço da estrutura territorial amazônica, com o projeto ditatorial militar de “integração nacional”. São feitos inúmeros investimentos para reforço da infraestrutura rodoviária, expansão dos sistemas técnicos de produção de energia, de telecomunicação (televisão e telefonia), projetos de colonização do campo etc.; investimentos estes acompanhados de um aumento extraordinário dos fluxos migratórios, sobretudo em Rondônia, que conhece nas décadas de 60 e 70 um crescimento populacional nunca antes visto no Brasil.

Mas a lógica de integração não atende aos interesses da região, que se torna ainda mais dependente de um comando e dos capitais sediados principalmente na Região Concentrada do território. Disto, e particularmente ao que interessa à compreensão das dinâmicas do trabalho no campo (agropecuária), resulta uma ocupação territorial constantemente marcada por problemas fundiários (ocupações irregulares, grilagens de terra, conflitos e mortes no campo, corrupção e violência na exploração de minérios), que ameaçam a agricultura voltada para o consumo local praticada por agricultores assentados pouco capitalizados, originários de diversas regiões do país. Assim, a história recente (pós anos 1960) da ocupação e uso do território em Rondônia e Acre é muito marcada por um embate entre

diferentes racionalidades de produção, onde resistem atividades tradicionais do campo (extrativismos, agropecuária pouco capitalizada), enquanto, e ao mesmo tempo, agentes externos promovem repetidas vezes ações para a inserção facilitada de práticas agropecuárias modernas e direcionadas para mercados distantes.

Na década de 1990, quando o território no sudoeste amazônico volta a ser alvo de uma instrumentalização que visa maior “inserção competitiva” da região no conjunto do território brasileiro, o campo conhece novas transformações e é agora muito orientado por projetos que visam a produção de gêneros agropecuários valorizados e por vezes voltados para a exportação. Trata-se de uma nova divisão do trabalho, imposta “de cima” e sem compromissos com as práticas pretéritas de uso do território.

Uma divisão territorial do trabalho imposta “de cima”: adaptações técnicas e normativas para a atualização territorial no campo

A década de 1990 constitui um marco para a periodização do uso do território nesta porção do país, pois inaugura mesmo uma nova dinâmica territorial no sudoeste da Amazônia. Figurando até então como uma porção pouco produtiva e ainda pouco integrada ao conjunto do território nacional, novos esforços serão alocados nos estados de Rondônia e Acre, visando dotar o território de infraestruturas capazes de fomentar uma produção que se destina, mais uma vez, também para mercados distantes. São novos anseios de racionalização do território, visando uma “integração competitiva” capaz

de aumentar as possibilidades de acumulação dos agentes que coordenam a produção.

Como nem todo o território mostra-se viável aos interesses dos novos agentes que se inserem na região, novas territorialidades se estruturam no sudoeste amazônico, fazendo emergir espaços seletos que aparecem como mais modernos e aptos à realização de uma produção agropecuária mais valorizada, espaços estes que podem ser caracterizados como áreas isoladas ou manchas do meio técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Um primeiro conjunto de ações visando à atualização territorial pode ser reconhecido quando o Estado atua de modo a colaborar com projetos corporativos de exploração do território, a partir de uma renovação e ampliação da rede rodoviária federal e estaduais (o principal eixo rodoviário, a BR-364, até então em leito de terra, fora pavimentada até Sena Madureira, no Acre, na primeira metade dos anos 90), com um novo equipamento e renovação da infraestrutura aeroviária (ampliação e modernização de aeroportos) bem como uma modernização dos sistemas de geração e distribuição de energia.

No entanto, a infraestrutura mais significativa para o trabalho moderno que se realiza no campo ocorre a partir da viabilização da hidrovía Madeira-Amazonas, que compõe um novo corredor de escoamento da produção agrícola moderna realizada no oeste do Mato Grosso e hoje também no sul do Rondônia (sobretudo para o escoamento da soja). A necessidade de alcançar o mercado externo a preços competitivos exigia uma adequação das infraestruturas que colocam a produção em

movimento, ou seja, que direcionam aquilo que é produzido no interior do país até os portos que finalizam o movimento de exportação.

A atuação de um estado neoliberal, voltado para os interesses de uma elite econômica e politicamente privilegiada, que detém o comando das atividades modernas de produção, é muito evidente no processo de implantação da hidrovía (viabilizada por uma Parceria Público-Privada).¹

Atualmente, a hidrovía, e o novo corredor de exportação que ela viabiliza, bem como os terminais de exportação operados pelas grandes *tradings* do agronegócio (especialmente os grupos Maggi e Cargill), tornam o movimento de cargas no rio Madeira extremamente especializado, e ao mesmo tempo também exemplificam a presença pontual do meio técnico-científico-informacional no sudoeste amazônico. Daí podermos falar em uma configuração e uso corporativos do território, quando grandes investimentos públicos se voltam para demandas quase exclusivas de poucas empresas (atendendo aos interesses de um pequeno número de agentes).

É assim que, ocupando porções territoriais especialmente localizadas em Rondônia, grupos como Maggi e Cargill redefinem o trabalho do campo orientando, desde a década de 90, a produção agrícola local (políticas públicas, tecnologias e financiamentos). A produção sojícola, até então inexpressiva num estado como

¹ “Dos 50,5 milhões gastos na obra, os Maggi entraram com R\$ 28 milhões, o governo do Amazonas pagou R\$ 21 milhões e o de Rondônia contribui com R\$ 1,5 milhão. O governo federal entrou com um financiamento de 27 milhões do BNDES para a construção de 18 barcas e quatro barcos empurradores” (HOLLANDA, 2006).

Rondônia, já é atualmente o principal cultivo temporário, aumentando mais de cinco vezes entre 2001 e 2009, com altos índices de produtividade que se aproximam das mais modernas áreas produtoras de soja do país (3,19 toneladas por hectare em 2008, segundo informações do IBGE). É principalmente a região de Vilhena (sul do estado) que acolhe os novos vetores que organizam a moderna produção sojícola em Rondônia, se expandindo em áreas planas e originalmente cobertas pelo cerrado, em grande parte ocupadas anteriormente pela pecuária extensiva.

O segundo conjunto de ações que instrumentaliza o território para os novos usos produtivos ocorre a partir da instalação de arranjos normativos que visam garantir uma nova política ambiental e também novos incentivos territoriais à produção. Como a racionalização do território não ocorre sem planejamento, instrumentos políticos criam novas normas ambientais, implementando o chamado Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) tanto em Rondônia (já no ano 2000) (estado que conhecera uma desastrosa experiência de ocupação territorial), quanto no Acre (em 2006) (garantindo novas formas de exploração “racional” da floresta, que ainda cobre a maior parte de seu território), políticas estas que contam com amplos financiamentos de instituições internacionais (Banco Mundial e BIRD) e figuram entre as principais metas dos planos de governo.

Tais políticas de zoneamento e ordenamento territoriais reconhecem e demarcam espaços (agora técnica e cientificamente precisados) para a prática de atividades como o plantio de cana no Acre ou da soja e da pecuária moderna em Rondônia, preparando o sudoeste amazônico para uma

fase em que as novas normas de uso do território não impedem o desenvolvimento das atividades produtivas no mais das vezes muito concentradoras de renda, regularizando-as e tornando racionalizada a exploração dos recursos naturais.

Para além destas normas, são criados espaços normatizados de “reserva da natureza” – áreas de interesse ambiental (que correspondem a quase 40% do território rondoniense e a mais de 45% do território acreano), mas também há lugar para as concessões privadas de exploração da floresta que figuram como um verdadeiro processo de corporatização do território, tal como ocorre com a Floresta Nacional do Jamari (Rondônia), área de 96 mil hectares concedida em 2008 para exploração a três empresas privadas.

De modo antagônico, enquanto um conjunto de normas ambientais é criado, em tese, para a preservação dos recursos da região, outro conjunto de mecanismos normativos garante a viabilização do território como recurso (SILVEIRA, 2003) – é o ingresso do sudoeste amazônico na guerra de lugares (SANTOS, 1999a) praticada pelos governos estaduais e municipais, criando mecanismos de isenção de impostos para a atração de empresas, com a ideia de que só através de tais isenções o território pode tornar-se atrativo ao capital. No Acre, um conjunto de normas estaduais mais elaboradas visando tais isenções é criado já ano 2000, enquanto que o Programa de Incentivos Tributários de Rondônia é estabelecido em 2005, ocasião em que o governo assume, deliberadamente, sua participação na chamada “guerra fiscal”.

Tal instrumentalização técnica e normativa conforma um território apto a receber lógicas exógenas que atualizam sistemas de ações voltados à uma produção com vistas a mercados longínquos. Uma manifestação primeira deste processo é o enfraquecimento de cultivos tidos como tradicionais do campo, mas com alguma inserção nos círculos de comercialização nacional (como é o caso do feijão, arroz, café), enquanto que espaços são tecnicamente preparados para acolher uma produção agropecuária moderna, que se insere em circuitos produtivos coordenados por grandes grupos nacionais e estrangeiros (principalmente a soja e a carne bovina).

Os novos conteúdos técnicos, mas principalmente a atualização política do território, também são responsáveis por um processo de instabilidade territorial (SANTOS, 1978; SANTOS; SILVEIRA, 2001; SILVEIRA, 2002) que, no lugar, ocorre a partir da inserção recente de cultivos como o da cana-de-açúcar, tanto no território acreano quanto no território rondoniense. Fundamentado nos discursos que pregam o almejado “desenvolvimento”, um conjunto de infraestruturas (usinas de etanol) são implantadas em municípios como Capixaba (AC), Santa Luzia d’Oeste (RO) e Cerejeiras (RO), desfrutando de amplos incentivos estaduais e municipais que viabilizam investimentos de grupos externos à região (sobretudo capital de grupos sediados no Nordeste do país).

No Acre, tal empreendimento, que conta inclusive com participação do Estado, agencia contratos para o arrendamento de terras próximas à usina, ocupando inclusive parte de pequenas propriedades que resultam de projetos de assentamentos rurais. Em Rondônia, a produção de álcool,

iniciada primeiramente em Santa Luzia d’Oeste, foi capaz de reordenar por completo as práticas pretéritas de trabalho no campo (agricultura e pecuária não modernas). A usina de Cerejeiras que, inclusive, disputa com a produção de soja terras para plantio, aponta interesses em exportar a produção via hidrovía do Madeira (tal como aparece no discurso da empresa). Tornada *commodity* valorizada no mercado externo, a produção do álcool induz tais situações de instabilidade territorial, sobretudo quando o que aparece como projeto “moderno” (e capaz de induzir o “desenvolvimento”) acaba por concentrar o interesse do estado e as políticas que garantem, a priori, a rentabilidade de investimentos corporativos (PEREIRA, 2010).

Para além da moderna produção de soja e da cana-de-açúcar que se instalam em Rondônia, neste mesmo estado a pecuária leiteira e principalmente a de corte conhecem investimentos também a partir dos anos 90, quando as condições técnicas e normativas do território oportunizam a expansão e modernização de tal atividade - o efetivo dos bovinos dobra entre 1995 e 2006, e alcança atualmente mais de 11 milhões de cabeças (IBGE, 2009). Outra novidade do período é que a produção moderna da carne industrializada é realizada por algumas poucas empresas (em sua maioria de capital externo à região) e destinada a mercados do exterior e da Região Concentrada do país. Os grandes grupos que se dedicam à produção industrial da carne em Rondônia (com destaque para a atuação de grupos como JBS, Marfrig e Minerva, os três maiores do setor no Brasil) praticam topologias que alcançam praticamente todo o território nacional (muitos dos quais com forte ligação com capitais e grupos estrangeiros). Beneficiados pela farta política de incentivos do estado, tais grupos acabam por centralizar

a maior parte da produção, ao mesmo tempo em que operam uma acumulação centralizadora do capital. Em 2009, tais empresas, desfrutando de vastos incentivos territoriais, tornam o estado de Rondônia o quinto maior exportador de carnes do país. Assim, a compreensão dessa dinâmica recente da pecuária rondoniense passa pelo reconhecimento dos novos arranjos normativos que garantem viabilidade a tal atividade, numa região que há pouco tempo era considerada pouco funcional à economia do país (PEREIRA, 2009).

Deste modo, e sob o comando de empresas cujo interesse é diretamente vinculado a um trabalho definido do exterior (pautado numa divisão do trabalho que é imposta de fora ao território brasileiro) o meio técnico-científico-informacional alcança, ainda que em forma de pontos ou manchas, espaços que até recentemente eram vistos como pouco apropriados ou competitivos para uma produção moderna e capitalizada no campo, tornando-o racionalizado (SILVEIRA, 2007). Os interesses e também a topologia de grandes grupos voltados ao agronegócio moderno ganham nova extensão na Amazônia, ou seja, alcançam os mais distantes confins do território brasileiro, ao mesmo tempo que o Brasil agrícola moderno ganha novos contornos.

Para além das práticas hegemônicas: as outras formas de trabalho e as resistências no campo

Mas se o processo hegemônico de atualização do território recusa a experiência social e ao mesmo tempo aparece, ideologicamente, como solução para os problemas sociais advindos de contextos pretéritos, é justamente nas ações não hegemônicas que, de fato, podemos

encontrar alternativas de trabalho e produção para aqueles “não aptos” ou não inseridos à atual modernização conservadora do território. Em outras palavras, se o projeto de modernidade só tem olhos para o futuro (ainda que seja endereçado e comandado por interesses longínquos) e para a solução de problemas que na maioria dos casos interessam apenas a alguns poucos agentes, o território usado também se impõe, a todo o tempo, como uma verdadeira norma. É assim que, no sudoeste da Amazônia brasileira, as ações dos “de baixo”, como denomina Milton Santos (2000), também se fortalecem e se manifestam em novas formas de existência no campo, com diferentes nuances em cada tipo de espaço, atividade e recursos que mobilizam.

Neste mesmo campo que sofre as investidas de grandes grupos presididos pela lógica financeira de acumulação, também há lugar para uma produção pouco capitalizada e voltada para as demandas locais, um “campo não moderno” (PEREIRA; KAHIL, 2010),² cuja orientação é voltada para um consumo local e para os interesses do próprio lugar – daí um uso do território que é presidido por uma divisão do trabalho que emerge a partir do próprio lugar.

² “Devemos definir o porquê da escolha do conceito ‘não moderno’ para qualificar estas atividades do campo. Como a ideia de ‘campo moderno’ aparece correntemente para designar atividades produtivas muito orientadas pelo agronegócio moderno (intenso em tecnologia e capital), no mais das vezes realizado para e sob o comando do mercado externo (um trabalho que não tem origem no lugar, pensado em função de demandas e anseios exógenos), tomamos o termo ‘não moderno’ para designar a natureza das atividades agrícolas realizadas no sudoeste amazônico que, por excelência, encontram abrigo no próprio território, ou seja, são tecidas e construídas em função dos recursos, das demandas e das gentes do próprio lugar. Este campo não-moderno é assim garantia de trabalho intenso para grande parte de agricultores pouco capitalizados e na maior parte dos casos não integrados aos grandes circuitos de distribuição ou de industrialização da produção” (PEREIRA; KAHIL, 2010, p. 49-50).

Gêneros de consumo local e pouco exigentes de uma atualização técnica do campo continuam alcançando grande quantidade produzida (como é o caso da mandioca, essencial à alimentação nesta parte da Amazônia). Continuam a existir com muita importância a atividade da pesca artesanal e a agricultura ribeirinha, ao mesmo tempo em que cresce o número de assentamentos de reforma agrária (indicando que ainda há demanda pela terra).

Ainda que considerado no mais das vezes como “atrasado” ou ao menos “tradicional”, e resistindo às investidas da atualização técnico-normativa que viabiliza o território para as produções do campo moderno que ocupam áreas estrategicamente preparadas para finalidades corporativas, resiste o trabalho do campo não moderno. Práticas do extrativismo florestal e o trabalho banal de camponeses que desde a década de sessenta ocupam Rondônia e Acre, decantados culturalmente no conjunto da população e sedimentados na maior parte do território usado, acabam por constituir verdadeiras normas que permitem a subsistência de uma população mais pobre e que não interessa às políticas públicas e às intenções dos grandes grupos que organizam a moderna produção.

Conhecendo de perto a experiência da escassez (SANTOS, 2008; 2000), já que pequenas propriedades (ainda que em maior quantidade) ocupam proporcionalmente áreas menores e muito menos servidas pelos aparatos técnicos e objetos modernos (vias de circulação, insumos modernos etc.), continuam muito expressivas as relações de parentesco entre trabalhadores no campo (alcançando quase 90% dos trabalhadores do campo em Rondônia e mais que 90% dos trabalhadores no Acre, em 2006, segundo

dados do IBGE), o que caracteriza uma agricultura e pecuária não pautadas puramente em interesses financeiros.

Muito responsáveis pela produção dos alimentos que abastecem a região, tais propriedades deste campo não moderno são na maioria das vezes resultantes da implantação de projetos de reforma agrária que desde os anos sessenta são organizados na região. Até o ano de 2007, eram 155 assentamentos criados pelo INCRA em Rondônia e 135 assentamentos no Acre. No mais das vezes, estes projetos de assentamento são muito precários, com escassez de serviços técnicos de suporte e financiamento, ainda que reivindicações recentes de movimentos sociais no campo indiquem que há intenção de inúmeras famílias em receber seus próprios lotes, denunciando que a demanda pela terra ainda não fora suprida.

O trabalho realizado neste campo não moderno, que inclui práticas de extrativismo na floresta (extração da borracha e de produtos florestais não madeireiros), uma agricultura ribeirinha que muitas vezes atende quase que exclusivamente a subsistência (85 mil habitantes ribeirinhos num estado como o Acre - contabilizando mais de 10% da população em 2008), as práticas agrícolas simples desempenhadas pelos indígenas (14 mil indígenas no Acre e 6 mil em Rondônia, no ano de 2006), além de um volume expressivo de trabalhadores da pesca (em 2009, eram cerca de cinco mil os trabalhadores que se dedicavam à pesca em Rondônia), completam o quadro de um trabalho no campo que, ainda que não contabilizado nas estatísticas oficiais, serve como alento para uma expressiva parcela da população local (PEREIRA, 2009).

Assim, para além dos esforços de modernização endereçados a mercados distantes e amplamente amparados pelas normas e financiamentos públicos, quando mirado em sua totalidade, o território revela a existência de uma outra divisão do trabalho, cujos esforços voltam-se para as próprias demandas do lugar, assentados numa lógica outra, regida por um tempo lento (SANTOS, 2000), não exigente de fluidez e dos recursos técnico-financeiros indispensáveis à agropecuária comandada por grupos externos à região.

Tais produções, no mais das vezes praticadas em pequena escala e pouco capitalizadas, também são capazes de criar nexos urbanos, mantendo e mesmo fortalecendo formas tradicionais de comercialização nas principais cidades (sobretudo grandes feiras que ocorrem nas cidades da região). Poderíamos mesmo pensar em cidades cujo terciário funciona muito em razão da produção e comercialização dos gêneros oriundos deste campo pobre e não moderno, com um espesso circuito inferior da economia (SANTOS, 1979) que estabelece os nexos que garantem tanto a produção neste campo pobre como a distribuição do que é nele produzido.

Estas atividades não modernas e pouco capitalizadas realizadas no campo e nas cidades mobilizam saberes e técnicas longamente elaborados, passados de geração a geração, capazes de se opor à violência despótica da economia hegemônica. Elas não se realizam com as mesmas finalidades da acumulação ampliada e corporativa, menos ainda resultam de ações e recursos estrategicamente posicionados para tal. Ao contrário, é muitas vezes o tipo de atividade que oportuniza a cooperação, valoriza a

confiança, aceita por vezes as trocas sem mediação direta da moeda, firma compromissos com as necessidades do “outro” e com os bens de uso coletivo (RIBEIRO, 2005, p. 107).

Criatividade e cooperação surgem das situações mesmo de copresença e vizinhança de que nos fala Milton Santos (1996), porque resultam de espaços habitados por aquele conjunto da população que, cotidianamente, carece encontrar as possibilidades de sobrevivência nos contextos mais adversos. Mudadas as condições de vida, ainda tão precárias, este campo não moderno e esta produção de pequena dimensão poderiam figurar como alternativa muito válida para um uso mais justo do território, pensado mesmo em função da população e do lugar.

Considerações finais

Em sua obra *O espaço do cidadão*, Milton Santos nos ensina que “a sociedade é mais que a economia” (2007, p. 121), e, sendo assim, não podemos deixar de considerar as possibilidades insurgentes no território usado – para além de um uso “racional” e regido por razões financeiras, há que se pensar em outras formas de trabalho e de uso do território. Modernidade e razão instrumental não alcançam todas as atividades produtivas e nem todos os lugares. Como a dimensão do espaço econômico é muito mais estreita e rasa que aquela do espaço banal, só uma análise que contemple o espaço geográfico como um todo é capaz de reconhecer, na complexidade do território usado, a riqueza de situações onde encontramos, para além de um uso do território estrategicamente pensado em função da economia hegemônica e da acumulação corporativa, outras possibilidades

de vida se realizando lá onde o território funciona e é tomado como um abrigo (SANTOS, 2000).

Frente aos objetos técnicos e à racionalidade da economia e da informação hegemônicas que presidem o projeto da agropecuária moderna que recentemente alcança e ganha extensão no Sudoeste amazônico, continuam a existir as práticas não modernas e pouco capitalizadas no campo, realizadas em função das necessidades locais, escassas em objetos técnicos elaborados e em normas que facilitam sua permanência, mas intensas em trabalho e portadoras de saberes locais que aparecem como base indispensável à sua sobrevivência. Estas atividades da reprodução simples no campo, ainda que tão pouco assistidas pelo poder público, aparecem hoje mais densas – aumenta o número de assentamentos e estes congregam mais gentes, continuam as disputas por novos espaços para este tipo de trabalho, movimentos sociais constituem normas outras e refazem a lógica de uso do território a seu próprio modo, são fortalecidas cada vez mais as suas interações com as atividades urbanas simples e com o espaço das cidades, imprimindo assim características particulares ao circuito inferior da economia urbana.

Mesmo que a todo tempo expostos a uma captura mercantil dos recursos, das

ideologias e do próprio território, é inegável a existência de um conflito de racionalidades entre os homens lentos frente às regras e imposições do projeto hierárquico de atualização territorial. É o que encontramos no sudoeste amazônico quando nos damos conta da totalidade do espaço e reconhecemos que, a despeito da divisão do trabalho despoticamente imposta de fora, movida por um motor externo e tão exigente de uma atualização territorial hierárquica, uma outra divisão do trabalho se realiza, movida pelas necessidades de sobrevivência da maioria da sociedade, e quiçá capaz de reinventar formas outras de uso do território, a partir do próprio lugar.

A experiência da escassez neste campo pobre produz novas solidariedades orgânicas no território (SANTOS; 2008, 2000; SILVEIRA, 2005, p. 204), que, em áreas contíguas e abarcando a maior parte dos agentes no campo, revelam a sociedade e o território como um todo e em movimento, onde a existência é capaz de desejar um outro futuro.

Agradecimento

À professora Samira Peduti Kahil (que, com o entusiasmo que lhe era próprio, me apresentou a obra de Milton Santos), minha profunda gratidão, admiração e saudade.

Referências bibliográficas

HOLLANDA, E. Caminho das águas: corredor no rio Madeira liga Rondônia à Europa e à Ásia e cria polo de desenvolvimento na região. **IstoÉ**, São Paulo, 23 abr. 1997. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/politica/143818.htm>>. Acesso em: maio 2006.

PEREIRA, M. F. V. A inserção recente da cana-de-açúcar no sudoeste da Amazônia: novos indícios da instabilidade do território em Rondônia e Acre. **Interações**. Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 187-193, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>

- =S1518-70122010000200007&script=sci_artt ext>. Acesso em: 1 dez. 2010.
- _____. **O processo recente de atualização do território no sudoeste da Amazônia:** lógicas exógenas e dialéticas endógenas em Rondônia e Acre. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.
- _____. KAHIL, S. P. Território e agricultura no sudoeste da Amazônia: campo não moderno e produção para o consumo local. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 47-64, 2010. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/372/281>>. Acesso em: 13 set. 2010.
- RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Cátia Antonia et. al. (Orgs.). **Formas em crise:** utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005. p.93-111.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Edusp, 2007[1987].
- _____. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004[1978].
- _____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. Modo de produção técnico científico e diferenciação espacial. **Território.** Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 5-20, 1999a.
- _____. **A revolução tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual.** Conferência de recebimento do título de Doutor Honoris Causa, UnB, 1999b. Disponível em: <http://www.unb.br/unb/titulos/milton_santos.php>. Acesso em: 4 out. 2008.
- _____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- _____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano III, n. 2, p. 15-26, 1999b.
- _____. O retorno do território. in: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994a. p. 15-20.
- _____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994b.
- _____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- _____. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo.** São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVEIRA, M. L. Confinos de la racionalidad: el espacio geográfico contemporáneo. In: XI ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, Bogotá, mar. 2007. **Anais...** Bogotá, 2007.
- _____. Argentina: do desencantamento da modernidade à força dos lugares. In: SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Continente em chamas:** globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 177-207.
- _____. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org.). **Território brasileiro:** usos e abusos. Cap.24. Campinas: Territorial, 2003. p. 408-416.
- _____. Uma globalização desnecessária, um território instável. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 1, n. 21, p. 43-46, 2002.